

Marilena versus Bresser na abertura do IV Congresso

*Será na quarta-feira,
20 de setembro, às 18 horas,
no Anfiteatro de Convenções,
o debate que vai sacudir
a USP: de um lado Marilena
Chauí, de outro o ex-ministro
Bresser Pereira.*

*O evento marcará a cerimônia
de abertura do IV Congresso,
que será realizado em 2001.
Compareça!*



*Os estudantes da USP realizaram
seu 6º Congresso, iniciado no dia
14 (foto). Os pós-graduandos
realizam seu I Congresso de 20 a 23*

Revista circula nesta semana

A Revista
Adusp 20
traz matéria
especial
sobre a
Capital
paulista e os
planos dos
candidatos
à Prefeitura



**Greve garante reajuste
acima de 4,7% em
outubro!**

Confirmando previsão do Fórum das
Seis, ICMS cresceu. P. 4

**Vitorioso, Plebiscito
da Dívida registra
5,5 milhões de votos**

Fracassou a pressão do governo para
desmoralizar o evento. P. 4

MST denuncia prisões e assassinatos

O Movimento dos Sem Terra está sofrendo um novo ataque. Até agosto passado foram assassinados 22 sem-terra, contra 26 em 1999, segundo a Comissão Pastoral da Terra. Na década de 90 os sem-terra assassinados foram 370, número que praticamente se iguala ao de militantes de esquerda executados pela ditadura militar (1964-1984).

Desde 1985, incluindo os dois últimos mortos em Mato Grosso, torturados e assassinados por seguranças contratados por fazendeiros, o número de militantes do MST assassinados chega a 1.180. Além disso, estão presos em São Paulo, condenados a penas que chegam a onze anos de prisão, seis militantes do movimento. Em Rondônia, dois sem-terra foram condenados no processo do massacre de Corumbiara.

Segundo a CPT, os atos de violência contra os sem-terra agora se transformaram em ação organizada, com a utilização de empresas de segurança privada e uma ofensiva policial do governo contra o MST. Cerca de 200 dos seus dirigentes foram detidos nos últimos meses.

"Houve uma multiplicação impressionante de processos no Judiciário, com a finalidade de intimidar os camponeses", afirma João Pedro Stédile, um dos líderes dos sem-terra. O Comitê de Defesa da Democracia, do qual a Adusp faz parte, acaba de imprimir cartaz e cartilha em defesa dos sem-terra condenados à prisão pela juíza de Boituva.

Os trabalhadores rurais organizados no MST, no Movimento dos Pequenos Agricultores e Movimento de Atingidos por Barragens divulgaram nota informando que estão "novamente mobilizados em todo país desde o início da semana", reivindicando "que o Governo Federal cumpra os acordos firmados com os movimentos populares do campo em julho e testemunhados pela CNBB", ou seja, libere verbas para pequenos agricultores e os sem-terra assentados.



USP perdeu 900 professores

Levantamento realizado por uma comissão de estudantes, formada no decorrer da greve, traz números inquietantes sobre o ensino na USP. A comissão analisou a questão da contratação de docentes e funcionários nos últimos anos na universidade, chegando à conclusão, por exemplo, de que a USP perdeu 902 professores entre 1988 e 1998, o equivalente a 16% do seu corpo docente.

O estudo baseou-se principalmente em documentos obtidos junto às secretarias dos departamentos e às seções de recursos humanos das unidades. Embora nem todas as unidades tenham fornecido os dados solicitados, que na verdade deveriam ser públicos, a comissão apurou que, nos mesmos dez anos, a relação aluno/professor na média do conjunto de unidades pesquisadas aumentou de 9 para 14.

A perda de professores gerou salas de aula superlotadas, a diminuição do número de disciplinas optativas oferecidas e o aumento do uso de professores conferencistas como verdadeiros "tapa-buracos".

A partir da análise da planilha orçamentária anual da USP, a comissão comprovou a existência de uma folga orçamentária que possibilita a contratação imediata de 199 professores e 453 funcionários. A Reitoria reconheceu essa folga e, de acordo com a comissão, deu início ao processo de abertura dos claros reivindicados.

Ficou definido ainda que haverá participação de um dos representantes discentes no CO na Comissão de Claros da Reitoria. As reuniões do órgão, responsável pela análise dos pedidos de concessão de quadros docentes, serão realizadas a cada dois meses.

Novos representantes eleitos

Foi realizada entre os dias 28 de agosto e 1º de setembro a eleição dos membros do Conselho de Representantes (CR) da Adusp. Os conselheiros eleitos, cujo mandato vai até maio de 2002, são os seguintes:

Titulares:

- Cláudio Alvarenga de Oliveira, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
- Leda Maria Paulani, Faculdade de Economia e Administração
- Jacyra Soares, Instituto Astronômico e Geofísico
- José Roberto de Magalhães Bastos, Faculdade de Odontologia de Bauru
- Plauto C. Aranha Watanabe, Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto
- Pedro Fredemir Palha, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
- Fernando Batista da Costa, Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto

Suplentes:

- Ricardo de Camargo (IAG)
- Osny Ferreira Júnior (FOB)
- Benedito Honório Machado (FMRP)
- Luiz Jorge Pedras (EERP)
- Carem Gledes Vargas Rechia (FCFRP)

Docentes da Geo recorrem contra abusos da CERT

Recentemente, os docentes do Instituto de Geociências que vinham sendo ameaçados pela CERT com a mudança dos regimes de trabalho receberam de volta seus processos, que foram reapreciados pela CERT e pelo reitor, em razão das muitas manifestações da comunidade do IG e da Adusp em favor desses docentes.

Como já divulgado, eles encontram-se há vários anos em RDIDP, e são efetivos nos cargos de professores doutores desde setembro de 1999, após terem sido nomeados para esses cargos em função de concurso de ingresso realizado em 1997.

A CERT decidiu submeter os relatórios — que já haviam passado anteriormente por dois relatores do IG e um relator da CERT — a cinco (cinco!) novos pareceristas, sendo dois deles da CERT e 3 externos a ela.

Importante destacar que não havia fundamentação legal nem mesmo para a primeira solicitação dos relatórios apresentados pelos colegas do IG após sua nomeação. A Resolução 3533, de 22/06/89, que institui o Regulamento dos Regimes de Trabalho da USP, determina de modo inequívoco em seu artigo 7º: “Desde que considerados aprovados os relatórios a que se refere o artigo 6º, o docente em RDIDP ficará dispensado de apresentar novos relatórios para continuar no regime”.

Como resultado da reapreciação, a CERT e o reitor decidiram solicitar novos relatórios aos docentes, ignorando os dados adicionais oferecidos pelo Departamento e pela Direção do IG ao reitor, que acrescentaram informações e reforçaram a moção da Congregação enviada ao reitor e lida no CO, na qual se declara, entre outros itens, “...o reconhecido envolvimento institucional desses profissionais no conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão...”.

Embora nos casos dos colegas Ciro Correia e Silvio Vlach a CERT tenha reconsiderado a decisão de mudança do regime e aprovado os relatórios, a comissão novamente lhes está solicitando outros relatórios para daqui a dois anos, com o objetivo de acompanhar o desempenho desses docentes quanto ao item publicações.

Porém, de modo ainda mais irracional, nos casos dos colegas Caetano Juliani e Gergely Szabó a CERT deliberou pela não aprovação

dos relatórios e, em função dessa decisão, o reitor exarou despacho administrativo, solicitando para esses colegas novo relatório de atividades para daqui a um ano. Com base nesses novos relatórios será então reavaliada a ameaça anterior, de mudanças no regime para RTC e RTP!

Recursos

Na ausência de norma vigente, a contagem de artigos em publicações nacionais ou internacionais é questão sub-

jetiva, podendo ser interpretada ao bel arbítrio de qualquer autoridade administrativa.

Em razão dos abusos, os quatro colegas do IG acabam de interpor recursos ao reitor com objetivo de anular a nova solicitação de relatórios e quaisquer mudanças nos respectivos regimes de trabalho. Pedem ainda, caso o reitor não reforme a decisão, sejam os recursos encaminhados ao CO (§ 2º do artigo 254 do Regimento Geral).

Hora de debater ações coletivas contra desmando

A atuação da CERT, Comissão Especial de Regimes de Trabalho, tem sido tema frequente de debate na Universidade e na Adusp. Membros do conselho de representantes têm relatado inúmeras arbitrariedades cometidas pelo reitor, através das decisões desta comissão, que pretende mudar o regime de trabalho de docentes e solicita relatórios sem que para isso haja fundamentação legal.

As ações da CERT vêm causando profunda indignação não só por serem contrárias aos pareceres e deliberações tomadas no âmbito dos departamentos e unidades, mas por ferirem, entre outros vários dispositivos constitucionais, praticamente todos os preceitos da lei 10.177/98, que regulamenta a administração pública no Estado de São Paulo. Além do aspecto legal, também é altamente questionável a legitimidade da CERT para decidir sobre questões relativas à avaliação docente.

Em março passado a Adusp divulgou parecer jurídico (*CERT: Parecer Jurídico Explícita Arbitrariedades*) em que a análise das legislações estadual e federal mostra a inadequação das normas estatutárias e regimentais da USP e dos procedimentos adotados pela CERT.

De acordo com o parecer, diferentes medidas judiciais ou administrativas poderiam ser encaminhadas com o objetivo de fazer cessar os abusos e arbitrariedades cometidas contra docentes. Algumas delas:

1. Encaminhar representação de inconstitucionalidade do artigo 201 do Regimento Geral da USP, perante o Tribunal de Justiça de São Paulo. Esta medida se justifica uma vez que este artigo diz que o regime de trabalho de um docente pode ser alterado,

por decisão prévia do Conselho do Departamento, ouvido o CTA, com anuência da CERT. A mudança do regime de trabalho pode implicar em redução de vencimentos, o que é vedado constitucionalmente;

2. Fazer uma representação junto ao Ministério Público, enunciando as arbitrariedades que a USP vem praticando.

3. Utilizando a lei 10.177/98, mover ação administrativa interna na USP no sentido de fazer valer os direitos dos docentes e, em conformidade com os preceitos legais, tornar nulos os atos da CERT. Nesse caso estaria sendo questionada a legalidade e a competência das ações e iniciativas da CERT, diante da própria legislação interna da USP, em particular, em relação ao já mencionado artigo 201 do Regimento Geral, que confere à CERT apenas e tão somente o papel de opinar sobre as decisões prévias das unidades, de mudanças de regime de trabalho e isso, a despeito deste dispositivo implicar em procedimento inconstitucional, conforme já referido.

Tais medidas de caráter coletivo não invalidam de modo algum iniciativas de defesa e denúncia individuais. É necessário que se aprofunde a discussão sobre a melhor forma de encaminhamento. Cabe frisar a importância de que todos os docentes vitimados por arbitrariedades praticadas pela CERT encaminhem à Adusp seus casos, permitindo assim uma reação organizada e conseqüente, para que seja possível reverter essa nova forma de perseguição e de exercício ideológico do poder no interior da USP.

Reajuste de Outubro será maior que 4,5%

Em reunião da Comissão de acompanhamento da evolução do ICMS, receita das universidades e salários realizada no dia 11/9/00, o Fórum das Seis apresentou uma simulação do reajuste de outubro. É bom lembrar que a fórmula negociada com o Cruesp durante a greve foi a seguinte:

$$\text{reajuste de outubro} = 1 + \frac{0,8 \cdot A}{8,33 \times S_9}$$

onde S_9 é a folha salarial das universidades em setembro/00 e A, em bilhões de reais, é dado por

$$A = 0,0957 \times 0,84 \times [(I_1 + I_2 + I_3 + I_4 + I_5 + I_6 + 2(I_7 + I_8 + I_9)) - 20,4]$$

onde I_k é a arrecadação de ICMS no mês k. É importante notar que a arrecadação do mês de agosto ultrapassou expectativas, superando R\$ 2 bilhões. Na simulação apresentada, substituímos a arrecadação de setembro por julho obtendo reajuste de 4,7%. Por outro lado, utilizando uma previsão para a arrecadação de setembro, pode-se chegar a 4,9%.

O quadro anexo descreve os comprometimentos acumulados das universidades

estaduais com salários, no período janeiro-setembro de 2000, conforme planilha do Cruesp, distribuída durante a reunião.

Face a estes dados e o acirramento da inflação nos últimos meses, os representantes do Fórum encaminharam formalmente aos reitores a recomendação de que o coeficiente 0,8 na fórmula negociada passe a 1. Lembramos que faz parte das atribuições da Comissão discutir a destinação dos

Comprometimento acumulado com salários de jan a set/2000

Unesp	Unicamp	USP	Total
82,95	81,67	76,17	79,1

20% de reserva criados pelo coeficiente 0,8. Assim, o que estamos propondo é a utilização integral do fundo, para o reajuste de outubro.

A próxima reunião da Comissão, quando teremos uma decisão sobre esta questão está marcada para o quinto dia útil de outubro, 6/10/00.

Coquetel lança livro sobre eleições de 1998



No próximo dia 29, sexta-feira, às 17 horas, a Adusp realizará mais um Coquetel Cultural. Será lançado o livro *As Cartas Ácidas da Campanha de Lula de 1998* (Ateliê Editorial, 2000, 256 pp), de autoria do professor Bernardo Kucinski, da ECA.

No livro, o professor publica 50 curtas mensagens enviadas por ele ao candidato petista à Presidência da República, a cada dia da campanha eleitoral, avaliando os principais fatos da conjuntura e a atuação da mídia.

"Eu recebia cada Carta Ácida logo cedo", diz Lula no prefácio. "Então, às vezes, eu nem precisava mais ler os jornais, eu lia a Carta Ácida e já sabia as cascas de banana que estavam jogadas no caminho da nossa campanha".

Plebiscito da Dívida recolhe quase 5,5 milhões de votos

Foram apurados nada menos do que 5.476.115 votos no Plebiscito da Dívida Externa, o que representa 5,16% do eleitorado registrado pelo TSE em 1998. Os dados, ainda parciais, foram divulgados pela Coordenação do Plebiscito Nacional da Dívida Externa no dia 13. A realização do Plebiscito, na primeira semana de setembro, envolveu cerca de 130 mil pessoas em mais de 3 mil municípios brasileiros.

Pergunta 1: "O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional -FMI?"

Sim	Não	Branco	Nulos
249.861	5.136.272	66.587	23.395

Pergunta 2: "O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?"

Sim	Não	Branco	Nulos
119.847	5.287.267	49.333	19.668

Pergunta 3: "Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?"

Sim	Não	Branco	Nulos
134.156	5.197.896	71.529	72.534

Na USP, votaram 5507 pessoas. Acompanhando o resultado nacional, a pergunta que mais obteve o "não" como resposta foi a 2: foram 4964 votos nessa alternativa, contra 410 no "sim", 82 brancos e 51 nulos.

Resultado bem próximo apresentou a pergunta 3: foram 4934 "não", contra 380 "sim", 129 brancos e 64 nulos. A pergunta 1 foi a que obteve maior número de respostas "sim": 678, contra 4597 "não", além de 146 votos em branco e 86 nulos.

